

Estadão, 01 de Outubro de 2022

Novos gastos e PIB em queda colocam promessas dos presidenciais em xeque

Analistas veem contas públicas em desequilíbrio e pressão para eleito definir uma nova âncora fiscal

Por: Luiz Guilherme Gerbelli

Seja qual for o resultado das urnas hoje, o próximo presidente da República enfrentará um cenário bastante desafiador na economia. Em 2023, a expectativa dos analistas é de desaceleração da atividade, num contexto de desorganização das contas públicas, o que coloca em xeque boa parte das promessas dos candidatos.

Por ora, o quadro econômico que se desenha para o ano que vem junta um Produto Interno Bruto (PIB) bastante fraco – o crescimento econômico estimado é de 0,5% –; uma inflação mais branda mas ainda com risco de permanecer acima do teto da meta do governo; e a manutenção de uma taxa básica de juros (Selic) em 13,75% pelo menos até meados de 2023.

A grande incerteza no primeiro ano do próximo governo vem das contas públicas. O nome que assumir a Presidência vai ter de lidar com pressões tanto de perda de receitas como de aumento de despesas, ao mesmo tempo que precisará definir qual será o futuro do teto de gastos.

Desenhado no governo de Michel Temer (MDB) num momento de ampla incerteza com o rumo das contas públicas, o teto de gastos, que limita o crescimento das despesas do governo à inflação do ano anterior, se transformou na principal âncora fiscal do País. Mas nos últimos anos passou a ser questionado por diversos motivos, que vão de políticos a econômicos, como a queda de investimento público na economia brasileira.

“O próximo presidente vai receber a economia com bastantes desafios como os últimos governos também receberam, não à beira de nenhum abismo, nada disso, mas não haverá liberdade para se fazer o que se bem entende”, disse Armando Castelar, coordenador da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Pressão bilionária

Um exercício realizado pela consultoria Tendências dá a dimensão do tamanho da pressão das finanças públicas que o futuro presidente vai enfrentar logo de cara. A conta contratada para o próximo ano pode chegar a R\$ 276,5 bilhões.

Nesse cálculo bilionário, foram computados, pelo lado das despesas, a manutenção do valor de R\$ 600 para o benefício do Auxílio Brasil, o aumento linear de 10% nos salários dos servidores da União, o orçamento necessário para manter o gasto discricionário do governo no mesmo nível de 2022 e o custo com o pagamento de precatórios.

Pelo lado da receita, o exercício estima uma perda de arrecadação com o corte na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e com o reajuste da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda para R\$ 5 mil, além da

prorrogação da desoneração dos tributos sobre combustíveis e de outros setores que já estão contemplados no projeto de lei orçamentário.

“Há um compromisso de quem quer que ganhe a eleição de manter o Auxílio Brasil no valor de R\$ 600. E isso tem um efeito fiscal relevante”, afirmou Alessandra Ribeiro, economista e sócia da consultoria Tendências. “Não dá para colocar tudo isso num Orçamento com teto de gastos, não tem como”, disse.

“Na questão fiscal, não há nada prestes a explodir. Agora, tem uma despesa com juros que está subindo, tem despesas reprimidas, como a do funcionalismo, que está há vários anos sem reajuste. Então, o novo governo vai ter de lidar com pressões assim que ele entrar”, acrescentou Castelar.

Link para a matéria original:

<https://www.estadao.com.br/politica/vencedor-eleicoes-economia-desafios/>